



Gastão Reis

FICHA LIMPA: O VOTO EQUIVOCADO

A estreia do ministro Luiz Fux no Supremo Tribunal Federal – STF decepcionou. E muito. O voto acabou impedindo que a Lei da Ficha Limpa fosse aplicada nas eleições de 2010, postergando-a para 2012, com base no artigo 16 da constituição federal, que veta a aplicação de uma lei no mesmo ano em que foi promulgada. Visto assim do alto, parece cristalina a razão maior do voto do ministro. Infelizmente para o nosso juiz supremo no caso, a realidade é mais complexa (e cinza), mesmo levando em conta razões de ordem puramente jurídicas em nossa contra-argumentação.

Na verdade, trata-se de mais um episódio em que o Supremo se apequena por uma diferença de apenas um voto. Aquele maroto 4 x 3 a favor do Collor nos deixa, ainda hoje, um gosto amargo na boca e na alma. Quando lemos um voto de ministro do STF salta aos olhos o estilo gongórico, que mais esconde do que revela. Os encantos da forma levando a melhor sobre a substância numa trilha sinuosa em que a decisão correta e óbvia se perde pelo caminho. Seria pedir demais aos senhores ministros clareza e ordem direta, exatamente na linha dos votos proferidos por ministros da suprema corte do estado de Nova York, como foi observado por meu filho ao cotejar votos de uma e de outra corte? Objetividade não é virtude exclusiva da língua inglesa.

Em artigo publicado por mim no Jornal do Brasil, em 04/04/2006, intitulado *A suprema corte e o STF*, eu chamava a atenção para a difícil decisão que levou ao banimento da doutrina secular do “iguais, mas separados” pela corte máxima americana, permitindo a integração racial nas escolas do país. Contrariamente ao que se possa pensar, a decisão não foi de pronto um 9 a zero, mas um sofrível 5 a 4 a favor da integração numa primeira votação interna da corte. Depois de muita discussão entre os juizes, sem que o público externo tomasse conhecimento na época, chegaram a um placar de 8 a 1, que continuava muito incômodo para um decisão histórica, que testava os fundamentos da democracia americana. Pois bem, os demais ministros não sossegaram enquanto não convenceram o recalcitrante a mudar seu voto, coisa que acabou acontecendo a despeito das “razões” de foro íntimo do dito cujo.

No nosso caso, aparentemente não vem prevalecendo esse procedimento interno e muito menos uma versão adaptada da famosa frase de Pedro I, ao receber o abaixo-assinado pedindo que permanecesse no país, na linha do “como é para o bem do povo e felicidade geral da Nação, estou pronto, diga ao povo que *voto pela vigência imediata da Lei da Ficha Limpa*”.

Vamos agora ao cerne da questão séria de respeito à constituição. Antes, merece registro um fato da maior relevância de nossa História: a antecipação da maioria aos 14 anos de Pedro II. Pela constituição imperial, seria necessário aguardar mais (tulmultuadíssimos) sete anos para que ele pudesse se tornar imperador de fato. Acontece que o país vinha de períodos regenciais conturbados precisando urgentemente de providências que levassem à harmonia social. Não é difícil, do ponto de vista jurídico, entender essa aparente violação da constituição vigente na época. Ao juiz cabe atender, antes de mais nada, ao espírito de uma lei ou ao de uma constituição. Assim entenderam sabiamente os homens que comandavam nosso país naquele distante ano de 1840. Não houve dúvida: a paz social tinha que falar mais alto.

[CONTINUA]

O parágrafo único do primeiro artigo da constituição de 1988 afirma categoricamente que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (caso da Lei da Ficha Limpa), nos termos dessa constituição”. Fica, então, evidente que a defesa intransigente do interesse público é o objetivo maior de nossa constituição. Assim como existe hierarquia nas leis, há artigos que pesam mais do que outros mesmo no âmbito de uma constituição. Não só por ser o primeiro, mas por razões de substância intrínseca, esse artigo se sobrepõe (ou deveria se sobrepor) aos demais, em especial nesse caso específico em que a vontade popular se manifestou soberana, uma vez que nossos representantes foram incapazes, por motivos menores, de propor lei de igual teor. O ministro Fux deixou de se fazer duas perguntas críticas no caso. Primeira: vou prejudicar algum homem (ou mulher) de bem, ao votar pela vigência imediata da lei? Certamente que não! A segunda vai ao coração da matéria: a quem vai beneficiar a postergação da vigência desta lei? Resposta: um bando de políticos corruptos que se apropriou de dinheiro público e que vai continuar impune em sua vergonhosa sina.

Esses descaminhos de nossa vida político-institucional se devem, em boa medida, à tradição presidencialista republicana que foi fazendo minguar a tradição do elemento de confiança no homem público tão viva nos regimes parlamentaristas. Nestes, basta que seja quebrada a confiança do Parlamento num gabinete ou dos eleitores num homem público para que eles tenham que se despedir da vida pública. Basta a falta de confiança. Não há que se provar nada na justiça. No Brasil, infelizmente, se usa e abusa de um suposto direito de defesa do atingido em casos que a rigor não deveriam ser contemplados nesses termos, em especial quando já dispomos de fatos antecedentes comprobatórios de má conduta.

Nosso país já convive com o divórcio entre representantes e representados em um congresso cuja taxa de desaprovação popular é da ordem de 80% em reiteradas pesquisas de opinião pública. O poder judiciário não pode se dar ao luxo de se divorciar também dos anseios da população tão claramente manifestos no projeto que gerou a Lei da Ficha Limpa.

Minha identificação: Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista

E-mail: gastaoreis@smart30.com.br // Cel. 24 9272-8586

Site pessoal: www.smart30.com.br